



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0010796-50.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Valdir Aparecido Bispo**
 Requerido: **Marcos da Costa Lizzi**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

CONCLUSÃO

Aos 27 de junho de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.
Dr. MILTON COUTINHO GORDO.
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 1098/2013

VISTOS

VALDIR APARECIDO BISPO ajuizou a presente ação de **OBRIGAÇÃO DE FAZER** em face de **MARCOS DA COSTA LIZZI**, todos devidamente qualificados.

Consta, em síntese, da inicial: 1) que no processo nº 2179/01 desta 1ª Vara Cível, o aqui requerido (lá exequente), em 26/06/2008, adjudicou o veículo Monza, placa GLP 0808; 2) ocorre que até a presente data o requerido não transferiu a propriedade do inanimado e as infrações de trânsito por ele cometidas estão vinculadas à sua (dele autor) CNH. Pediu a procedência da ação para que o requerido seja condenado a transferir o veículo para seu nome, a pagar os débitos lançados sobre o veículo, no total de R\$ 1.996,49, e a pagar indenização por danos morais.

A inicial veio instruída com documentos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Devidamente citado (fls. 36), o requerido deixou de apresentar contestação (cf. fls. 37).

Às fls. 42/48, 50/54 e 59/62 foram carreadas cópias dos autos nº 2179/01.

É o relatório.

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado no termos do artigo 330, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se aceitos como verdadeiros os **fatos** alegados na inicial (art. 319, CPC).

Nessa medida, o requerido **tem obrigação** de efetuar a transferência do veículo para “seu nome” como pedido na portal e previsto, em destaque, em todos documentos de transferência de veículos, emitidos no Território Nacional.

O ofício expedido nos autos 2179/01 (retirado pelo requerido, lá exequente – cf. fls. 47/48) comprova que cabia a Marcos efetivar a transferência do veículo Monza para seu nome. Ademais, segundo o “auto de penhora” carreado por cópia a fls. 60/61, Marcos está na posse do inanimado desde 20/05/2005.

E mesmo assim até o momento o aludido inanimado “circula” em nome do autor, situação evidentemente irregular e que vem trazendo a ele



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

claros inconvenientes.

Nessa linha de pensamento, o requerido deve ser compelido a cumprir o disposto no parágrafo 1º do art. 123 da Lei 9.503/97 (CTB), *in verbis*: “no caso de transferência de propriedade, o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo é de 30 (trinta) dias, sendo que nos demais casos as providências deverão ser imediatas”.

E a clareza desse dispositivo dispensa maior esforço retórico.

No mais, tendo ocorrido a tradição é do adquirente o obrigação de pagar os tributos lançados sobre o bem, e ainda as multas por infração de trânsito praticadas na sequência da venda (que nos autos foram indicadas a fls. 20 e ss).

Em relação ao pleito de Dano Moral

O art. 123 do Código de Trânsito determina que para a obtenção de novo certificado de registro, o proprietário tem trinta dias para a adoção das providências necessárias; mas, ao “vendedor”, é imposta a responsabilidade de informar a alienação à autarquia, sob pena de ser responsabilizado solidariamente por futuras penalidades (art. 134 do mesmo estatuto).

Essa responsabilidade do vendedor e do comprador é solidária até a data da comunicação da transferência da propriedade ao órgão de trânsito, até porque, enquanto não se receber tal comunicação o órgão de trânsito ignora o ato.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Verifica-se, no caso em questão, que o autor não comunicou ao DETRAN a transferência do automóvel como deveria, tampouco o real infrator das penalidades, assumindo, desta forma, a responsabilidade pelos atos subsequentes. Portanto, tem grande parcela de responsabilidade nos dissabores que acabou experimentando.

Nesse sentido os seguintes arestos:

TJRJ-035793) APELAÇÃO. DANO MORAL. RESPONSABILIDADE POR TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO JUNTO AO DETRAN. - (Apelação Cível nº 2005.001.02275, 2ª Câmara Cível do TJRJ, Rel. Des. Jesse Torres. j. 26.04.2005).

APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO - OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO - RITO SUMÁRIO - COMPRA E VENDA DE VEÍCULO - TRANSFERÊNCIA JUNTO AO DETRAN NÃO REALIZADA - RESPONSABILIDADE DO APELANTE - INFRAÇÕES DE TRÂNSITO POSTERIORES AO NEGÓCIO - MULTAS LAVRADAS EM NOME DO PROPRIETÁRIO ORIGINÁRIO - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA - APELANTE QUE NÃO CONFIGURA SIMPLES INTERMEDIÁRIA - LEGITIMIDADE PASSIVA VERIFICADA - DANO MORAL - IMPOSSIBILIDADE - RECURSOS DESPROVIDOS.

Como se tal não bastasse, o autor se limitou a receber notificação de multas sem maiores consequências.

Nessa linha de pensamento não faz jus a qualquer indenização por menoscabo moral.

Assim, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial para o fim de determinar que o requerido, **MARCOS DA COSTA LIZZI**, concretize a transferência do veículo para seu (dele) nome, em 10 dias, a contar



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

da intimação que lhe será endereçada, após o trânsito desta decisão.

Caso o prazo definido passe "*in albis*", sem a referida transferência esta sentença servirá como título para que o órgão de trânsito realize as devidas alterações em seu "sistema", constando como dono do inanimado, o requerido, **MARCOS DA COSTA LIZZI**.

Reconheço, outrossim, que cabe a ele (réu) pagar ao autor os valores de IPVA, licenciamentos e multas lançados sobre o inanimado a partir de 20/04/2005, data do auto de penhora e remoção do bem (cf. fls. 59/60), no valor de R\$ 1.996,49, conforme mencionado na portal.

Por fim, **INDEFIRO o pleito de danos morais**.

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze (15) dias**, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

Sucumbente arcará o requerido com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do autor, que fixo, por equidade, em R\$ 724,00.

P. R. I.

São Carlos, 17 de julho de 2014.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**